



# BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

FORTE DO BOM SUCESSO, 1400 LISBOA  
Telef. 61 68 21 / 39

N.º 4 / AGO. SET. OUT. / ANO 1

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## A A25A TEM TRÊS ANOS

No passado dia 26 de Outubro teve lugar na nossa Sede social, um convívio comemorativo da fundação da A25A, cuja escritura de constituição, como é do conhecimento público, se realizou a 21 de Outubro de 1982, no Décimo Cartório Notarial de Lisboa.

Inicialmente, tinha a A25A planeado o seu 3.º Aniversário com uma realização cultural-recreativa de dimensão e qualidade dignas do importância da efeméride, reconhecida por todos os que se têm empenhado no aprofundamento da democracia no nosso País.

Tal não foi possível, pela proximidade da data então prevista para abandono das nossas actuais instalações, 31 de Outubro último, o que nos incapacitava para grandes voos.

Optou-se então por uma fórmula bem mais simples, mas sempre agradável e gratificante — um convívio de sócios, apoiantes e amigos da A25A — onde não faltaram as castanhas assadas e água-pé, fiéis companheiras dos Outonos Portugueses.

Estiveram presentes cerca de duzentos convivas, entre os quais se encontravam, como já vem sendo hábito nas iniciativas da A25A, destacadas figuras do panorama artístico nacional.

Seria desejável ver mais gente presente? Ambiciosos como somos em tudo o que diz respeito à nossa Associação, respondemos que sim.

Não receemos que o espaço disponível se mostre exiguo. Se tal acontecer será mais um sinal de que a A25A vive e viverá para além dos condicionamentos de ordem material que se lhe colocaram ou venham a colocar.

## REFLECTINDO

1. Uma questão se vem colocando nos últimos tempos a muito militares: — É o militar um cidadão de segunda, um cidadão sem acesso aos direitos, liberdades e garantias que o 25 de Abril proporcionou a todos os portugueses?

Defensores do conceito de que o militar é um cidadão entre cidadãos, assistimos com apreensão ao desenvolver de fenómenos que põem em causa esse princípio.

É evidente, e teremos que o salientar, que defendemos a natureza específica da condição militar e as condicionantes que daí resultam. Também nós aceitamos que ao militar sejam condicionados alguns direitos do cidadão comum, resultado da natureza da Instituição de que faz parte. Sem pôr em causa a origem democrática da solução legal encontrada para condicionar esses direitos, liberdades e garantias, não deixaremos no entanto, de chamar a atenção para os exageros que, em nossa opinião se cometeram quando da aprovação da respectiva legislação. Exageros que, se têm constituído em portão aberto para os que, em nome de interesses vários, têm vindo a limitar os militares.

2. Procurando encontrar um espaço de intervenção que, de acordo com as normas legais, permitisse aos militares que o desejassem, em conjunto com outros cidadãos, dispor de formas de participação na defesa dos seus ideais, optou-se, pela criação da Associação 25 de Abril.

Afirmam-se assim os militares, cidadãos de corpo inteiro, ao defenderem a igualdade de todos perante a lei, recusando a fórmula de que existem suns mais iguais que outros, o que traz como consequência que se oponham à hipótese de os militares, como tal, intervirem na vida política ou que lhes sejam impostas limitações, para além das que resultam de natureza da sua condição.

Era claro, para nós, ao criarmos a A25A que seria difícil o seu caminhar. Defender os ideais de Abril, pugnar pela sua consolidação, são objectivos que, ainda que tratados no

espaço cultural e cívico, têm necessariamente incidência e consequências de natureza política (que não partidária). Era também evidente, para nós, que seria inevitável esperar fortes ataques, tentativas de manipulação da opinião pública, onde a A25A e os militares de Abril em geral, se veniam confrontados com situações de incompreensão, injustiça e provocação.

3. Ultimamente, assistimos mais uma vez a atitudes que, procuram condicionar os militares e a Associação 25 de Abril nos seus legítimos direitos.

A propósito das próximas Presidenciais surgiu uma forte campanha de «civilismo» oportunista que juntou elementos de diversas áreas ideológicas. Nós, optámos também ao militarismo. Mas, não aceitamos que, sob uma capa de anti-militarismo, se tentem transformar os militares em cidadãos de segunda. Mesmo que, para polir essas posições, se façam grandes elogios aos militares de Abril.

Com efeito, concordando com a ideia de que «a condição de militar não poderá ser fundamental para a escolha de candidatos a Presidente da República», concordando mesmo que essa condição nem deverá, por si ter qualquer peso nessa escolha, não poderemos aceitar que, de forma inversa, «a condição de militar seja impeditiva para a escolha de candidatos a quaisquer funções, incluindo evidentemente, à Presidência da República».

Qualquer cidadão exige que respeitem os seus direitos. Essa é condição essencial para que cada um assumo as limitações que a lei lhe imponha.

4. Também se vem desenvolvendo uma campanha limitativa de campo de acção dos militares que pertencem à A25A, quando se tenta confundir atitudes pessoais, com posições da própria Associação.

Sendo esta uma Associação cuja actividade se desenvolve no espaço

(Continua na pág. 2)

Ø ALARGAMENTO DA A25A A MAIOR NÚMERO DE PORTUGUESES ESTÁ NAS SUAS INTENÇÕES E PARA TAL TEMOS QUE SER, TODOS NÓS, CATALIZADORES DESSA VONTADE.

## SUMÁRIO

A A25A tem três anos .....	1
Reflectindo .....	1
Assalto às instalações da Sede ...	2
Centro de Documentação .....	3
Visita de uma delegação da S.I.O.S. ....	3
I Congresso Ibero-Americano de Sociologia Militar .....	4
Organização pró-Sede .....	5
A Associação 25 de Abril e o Regime Democrático .....	6

## FICHA TÉCNICA

## PROPRIEDADE:

Associação 25 de Abril

## DIRECÇÃO:

Antero Anibal Ribeiro da Silva

## COMISSÃO DO BOLETIM:

Aniceto Henrique Afonso

José António Mota Teixeira de

Agullar

José Rodrigues Andrade

José Nuno da Câmara Santa Clara

Gomes

Francisco Manuel da Silva Coelho

de Mascarenhas

José Manuel Krusse Fanha Vicente

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Tipografia-Escola da ADFA

R. Artilharia 1      Telef. 65 35 93

Lisboa

## DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## TIRAGEM:

4500 exemplares

## ENDEREÇOS:

Associação 25 Abril

Forte do Bom Sucesso

1400 Lisboa

## DELEGAÇÃO DO NORTE

Apartado 678

4012 PORTO

## DELEGAÇÃO DO CENTRO

Apartado 3041

3000 COIMERA

## NÚCLEO DO ALENTEJO

Rua Bernardo Santareno, n.º 2

Bairro das Nogueiras

7000 ÉvORA

## Assalto às Instalações da Sede

Aproveitando os montes de entulho que se vêem acumulando junto das muralhas do Forte do Bom Sucesso, derivado das obras que estão em curso na parte do Forte que não está cedida à A25A, alguém assaltou as nossas instalações, durante a noite de 20 para 21 de Outubro de 1985.

Assalto de simples ratoneiros ou provocação estúpida de quem não sabe lutar pelos seus ideais de forma digna e aberta?

Analisando as consequências do assalto aparecem-nos motivos que poderiam apontar, numa primeira leitura, para as duas hipóteses. Senão vejamos:

1. No primeiro caso, pode incluir-se o arrombamento da máquina registadora e o furto do numerário aí existente (cerca de 1.500\$00), bem como o furto de um envelope com 800\$00 e de selos no valor de 190, existentes na Tesouraria, tal como o furto de um cheque e o seu preenchimento com a importância de 92.500\$00, a falsificação da assinatura do Presidente da Direcção e o seu levantamento no próprio dia 21 de Outubro de 1985. Ou ainda o furto de algum material como uma tesoura metálica, dois corta papéis e algumas pastas.
2. Verificaram-se, no entanto, uma série de circunstâncias que nos levam a admitir, desde já, que se está muito mais perante provocadores de natureza política, que perante simples ratoneiros. Ainda que tivessem aproveitado para meter ao bolso o dinheiro que apanharam à mão... e não só.

Efectivamente, os assaltantes levaram consigo alguns documentos informativos sobre a nossa situação financeira, juntamente com outros documentos de menor importância e cujo critério de selecção nos custa a definir. Furtaam também medalhas que haviam sido oferecidas à A25A, bem como quatro pares de medalhas do conjunto das que estavam para venda (o que nos leva a admitir que foram dois os assaltantes).

Mais sintomático, no aspecto provocatório, foi o roubo de uma Bandeira Nacional e a inscrição de vários símbolos no Livro de Honra da Associação.

Fortemente significativo, no campo das intenções de aproveitamento político, foi o roubo de algum papel como o símbolo da A25A, de uma colecção de slides do 1.º Seminário da A25A, de 60 balões com o emblema da A25A, do carimbo da A25A, bem como da chancela do Presidente da Direcção. A A25A continuará à sua acção, continuará a pugnar pela consolidação dos ideais de Abril, independentemente de ataques desta natureza ou de quaisquer outros.

A nossa razão é enorme e daí a nossa força ser igualmente suficiente para não nos vergarmos e contribuímos decisivamente para que «Abril seja presente e futuro», e o nosso povo veja os seus desejos e as suas aspirações concretizadas.

Aproveitamento político que se consumou imediatamente no próprio dia 21 de Outubro, com o envio, às duas agências noticiosas nacionais e uma estrangeira, de um comunicado sobre o julgamento do Ten. Cor. Otelo Saralva de Carvalho.

Analisando as marcas deixadas e a linguagem utilizada nesse comunicado, tudo aponta para autores com prática de desenho, interessados por religiões exóticas, sem instintos de vandalismo, antigos militantes (ou no mínimo, com formação) de extrema-esquerda e actuais militantes ou simpatizantes de extrema-direita.

Aguardemos, entretanto, as conclusões que a PJ virá a encontrar e confiemos em que os assaltantes sejam descobertos e devidamente condenados.

**A A25A continuará a sua acção, continuará a pugnar pela consolidação dos ideais de Abril, independentemente de ataques desta natureza ou de quaisquer outros.**

## REFLECTINDO

(Continuação da pág. 1)

cultural e cívico, nada impede que siga atentamente os actos políticos que se vêem realizando, num momento crucial para o futuro de Abril e dos Portugueses.

Estão, no entanto, os órgãos dirigentes da A25A, conscientes de que não deverão assumir posições que ponham em causa os seus fins estatutários. Não aceitam, portanto, que a envolvem em quaisquer actividades que não estejam contempladas nesses fins.

Os membros da A25A têm, evidentemente, total liberdade para assumir posições individuais que, confromos, se enquadrem no espírito de Abril e, se traduzam numa acção de unidade, que consolide a A25A como um espaço fundamental para que os seus sócios e apoiantes partici-

pem na construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e fraterna.

Deste princípio não abdicamos.

No entanto, não podemos aceitar que através de pressões desenvolvidas com maior ou menor transparência se procura coartar diretos aos membros da A25A, pertençam ou não aos seus Órgãos Sociais. Como cidadãos livres de um país onde a liberdade é um direito conquistado há onze anos, ninguém pode impedirlos de defender os seus ideais e participarem na construção de uma sociedade pela qual muito arriscaram e muito se vêm esforçando.

Quanto à A25A, as suas posições são tomadas de acordo com os seus fins estatutários, pelo conjunto dos seus associados e através dos órgãos representativos, sem que para tal necessite do benefício seja de quem for.

Cômo é natural, não avançaram muito os trabalhos concretos de organização do Centro de Documentação, durante os meses de Agosto e Setembro. Mas todos nos encontramos empenhados em consolidar as estruturas do CD, em desenvolver as actividades necessárias ao seu arranque, em definir com maior rigor o seu âmbito, os seus meios e as suas tarefas.

Na primeira directiva, publicada no Boletim da A25A em Julho, ficou expresso que o CD tinha em vista a «pesquisa, selecção, aquisição e recolha de documentação de valor histórico condizentes com os referidos fins» (os da A25A); na tarefa concreta atribuída à secção de Aquisições e Recolha estabelecia-se o planeamento para a recolha de «documentação e materiais com interesse para o CD».

A Comissão Instaladora tem-se colocado o problema de definir o que deve entender-se por documentação e materiais com interesse para o CD/A25A. É por isso que neste Boletim publicamos uma tentativa de delimitação dos interesses do nosso Centro, solicitando a todos os sócios e apoiantes as suas opiniões e sugestões, no sentido de uma correcta definição deste âmbito.

A todos sugerimos a leitura da introdução à Directiva n.º 1, publicada no Boletim n.º 3 e que tenham em atenção a natureza e as finalidades do CD da Associação 25 de Abril.

## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

### Tentativa de Definição de «Documento com Interesse»

1. Que se relacione directamente com o «25 de Abril de 1974»
2. Que se relacione com o «movimento dos capitães»
3. Que se relacione com o período 1974-1975 (processo revolucionário)
4. Que se relacione com intervenções de militares no político (nos diversos campos) no período 1976-1982
5. Que se relacione com o consolidação do processo democrático pós-1975
6. Que se relacione com o guerra colonial
7. Que se relacione com o oposição (grupos e movimentos) ao regime do «Estado Novo»
8. Que se relacione com o política de defesa e assuntos militares durante o século XX
9. Que se relacione com os movimentações militares (pronunciações, revoltas, golpes de Estado) durante o século XX
10. Que se relacione com o A25A.

## VISITE A NOSSA SEDE



VISTA GERAL DA SALA DE CONVÍVIO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

### VISITA DE UMA DELEGAÇÃO DA SIOS

Foi informalmente visitada a sede da nossa Associação na noite de 4 de Outubro passado, por uma delegação da SIOS (Confederação de Federações Nacionais de Emigrantes na Suécia).

A Confederação congrega membros de 10 Federações Nacionais de emigrantes, tendo estado representadas na referida delegação seis dessas Federações (Grega, Finlandesa, Turca, Italiana, Assíria e Portuguesa).

A SIOS é uma Confederação que trabalha para melhorar as condições dos emigrantes na Suécia. Representa os seus membros perante os Órgãos de Poder, Organizações Diversas, Instituições e Autoridades do respectivo País de origem. A SIOS é política e religiosamente independente, cooperando as dez Federações em todos os temas de interesse comum.

A cooperação iniciou-se entre as Federações Italiana e Grega, tendo sido integradas consecutivamente em 1976 as Finlandesa e Jugoslava, em 1977/78 as Turca, Assíria e Espanhola, e no Outono de 1981 as Portuguesa, Polaca e Finlandesa (de expressão sueca).

Esta visita a Portugal inseriu-se num conjunto de actividades que há alguns anos se têm vindo a verificar e que inclui visitas de estudo aos países de origem dos emigrantes residentes na Suécia.

## I CONGRESSO IBERO - AMERICANO DE SOCIOLOGIA MILITAR

De 16 a 19 de Setembro último, realizou-se em Madrid o I Congresso Ibero-americano de Sociologia Militar, organizado pelo Comité de Investigação Forças Armadas — Sociedade (CIFAS), com sede na mesma cidade.

Na sequência da presença de alguns membros deste Comité no II Seminário da A25A, foram convidados a apresentarem comunicações naquele Congresso, vários sócios e apoiantes da A25A.

Em resultado da pronta aceitação deste convite por um número significativo de convidados, organizadores do Congresso propuseram, e foi aceite, que uma das suas sessões fosse inteiramente dedicada a Portugal.

Assim, tendo em atenção o tema geral do Congresso, «As Forças Armadas nos processos de transição para a democracia», os trabalhos foram organizados nas seguintes sessões:

- Em 17 Setembro — 1.ª sessão: Espanha — A reforma militar gressivo;  
2.ª sessão: Espanha — O processo de aceitação e resistência à mudança;  
3.ª sessão: Espanha — Opinião pública, meios de comunicação e Forças Armadas.
- Em 17 Setembro — 1.ª sessão: Espanha — A reforma Militar;  
2.ª sessão: Espanha — o papel das Forças Armadas na transição;  
3.ª sessão: Portugal.
- Em 18 Setembro — 1.ª sessão: Bolívia e Brasil;  
2.ª sessão: Chile;  
3.ª sessão: Argentina e Uruguai.
- Em 19 Setembro — 1.ª sessão: América Central;  
2.ª sessão: Colômbia, Perú e Venezuela;  
3.ª sessão: Mesa redonda de encerramento.

Ao longo das sessões do Congresso foram apresentadas mais de cinquenta comunicações, sempre seguidas com muito interesse pelos assistentes e debatidas no final de cada sessão. A A25A assegurou a obtenção de todos os textos, que se encontram na sede à disposição dos interessados e que integrarão o nosso Centro de Documentação.

Na sessão dedicada a Portugal foram apresentadas as seguintes comunicações:

Maria Carrilho — O papel das Forças Armadas na mudança política em Portugal (século XX).

Aniceto Afonso e Manuel Bráz da Costa (ausente) — Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército).

Manuel Martins Guerreiro — Associativismo e órgãos de participação democrática nas Forças Armadas Portuguesas;

Josep Sanchez Cervelho — A formação do Agrupamento Misto de Intervenção (AMI) e a recuperação hierárquica no Exército português;

Anselmo Santos — Forças Armadas, povo e poder político no pensamento de Vasco Gonçalves;

João Pizarro Rangel de Lima — A evolução organizativa militar portuguesa;

Maria José Mendez de Valdivia — As relações hispano-portuguesa, no que respeita à defesa, durante a transição;

Vasco Lourenço: O Conselho da Revolução.

É intenção dos organizadores levarem a efeito um segundo Congresso em torno das mesmas questões, provavelmente dentro de dois anos.

Deste Congresso se transcreve a título de três das intervenções. No próximo número do Boletim transcreveremos resumos das restantes.

### Maria Carrilho, Intervenção militar e mudança política em Portugal no Século XX

A autora, na sequência dos estudos que tem realizado, analisou a história portuguesa do Século XX, centrando a sua atenção nas mudanças políticas definidas por intervenções militares. Constatou por isso três momentos que correspondem a outras tantas mudanças históricas do processo político em Portugal: O 5 de Outubro de 1910, o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974. Para cada um procurou analisar os antecedentes, interessando-lhe sobretudo os factores de caracterização das Forças Armadas: a natureza do relacionamento civil-militar, o nível organizacional e as questões de âmbito profissional. Acaba, concluindo que cada uma ou mesmo várias das ai-

tuações referidas no domínio da organização, profissão ou relacionamento civil-militar verificaram-se em certos momentos ao longo do século, mas os seus períodos que precedem as intervenções militares se conjugam todas de forma particularmente clara. Podemos dizer que um *baixo grau de eficiência operacional global; um elevado grau de descontenta-*



COMITE DE INVESTIGACION  
FUERZAS ARMADAS Y SOCIEDAD

mento profissional corporativista: a *acentuação da tensão manifesta entre autoridades governativas e Forças Armadas*, aparecem, assim, em contextos caracterizados por *deflactação da legitimidade governativa*, como factores que têm permitido a intervenção dos militares no sentido de uma mudança do curso da política nacional.

### Martins Guerreiro, Associativismo e órgãos de participação democrática nas Forças Armadas portuguesas

Depois de abordar brevemente a situação histórica recente em Portugal e na Europa, o autor procura lançar um olhar sobre as formas associativas existentes nas Forças Armadas antes de 25 de Abril de 1974.

Mas é sobretudo no período de 1974-1975 que o autor se detém, já que, evidentemente, é nesse período que as formas de participação democrática dos militares atingem níveis organizativos sem paralelo na história de Portugal. São recordados os vários órgãos existentes e o seu papel e é analisada a forma como quase todos deixaram de funcionar, extintos ou esvaziados de conteúdo. Finalmente são destacados os vestígios que puderam sobreviver deata segunda experiência. E conclui o autor: «Em Portugal, após os anos de 74 e 75, assistiu-se a uma involução na pedagogia das ideias democráticas dentro das Forças Armadas, os conceitos tradicionais de hierarquia e disciplina recuperaram parcialmente o seu peso, apoiados na tese de que derivam a sua autoridade dum Estado Democrático, mas a existência não voltará mais a ser a que existia antes do 25 de Abril de 1974, se bem que continue a existir uma discriminação política e profissional a militares do 25 de Abril».

### Aniceto Afonso e Manuel Bráz da Costa, Subsídios para a caracterização Sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)

É comumente aceite a ideia de que os oficiais que integram o Movimento dos Capitães provinham das classes mais baixas e das zonas rurais do interior do país. Neste trabalho pretende-se testar tal ideia, partindo-se, para isso, da caracterização sociológica dos 703 oficiais do Exército comprometidos com o Movimento, em função dos seus Postos, Armas e Serviços, Origem Geográfica, Idade e Origem Social. Para que fosse possível relacionar o universo estudado com o total dos oficiais do Exército, construiu-se um índice, através do qual se quantificou o nível de participação das várias categorias.

(Continua na última pag.)

No seguimento da Assembleia Geral Extraordinária de 5 de Julho de 1985, e de acordo com as respectivos deliberações, desenvolveram a Direcção e a «Organização Pró-Sede» um conjunto de actividades no sentido de se encontrar e obter instalações condignas para o nosso sede definitiva.

Continuando os contactos já anteriormente estabelecidos, nomeadamente com o Ministro da Cultura, o Presidente do IPPC, o General Chefe do Estado Maior do Exército e o Presidente da CML, teve o problema da sede o seguinte evolução:

1. Mantém-se a hipótese de cedência à A25A do Palácio Palha, propriedade classificada de interesse nacional e pertencente à CML.  
Está-se tratando da formalização dessa cedência.
2. Foi-nos cedido, a título provisório, por despacho do Ministro do Cultura, um andar situado na Alameda Afonso Henriques.  
Ao estudar o protocolo de cedência constatou o Ministério do Cultura que o mesmo está sob a jurisdição do Ministério da Educação, porquanto ainda que ocupado há vários anos pelo Instituto Português do Livro, que acaba de o desocupar, tem sido o ME o suportar o respectiva renda.  
Verificava-se assim a impossibilidade de cedência do andar, por parte do MC, que nos comunicou essa impossibilidade e se mostrou disponível e empenhado, tal como o Presidente do IPPC, para encontrar uma alternativa que superasse os consequentes dificuldades com que, imprevistamente, a A25A se viu confrontado.
3. Dificuldades, que verificando-se já, face aos problemas resultantes da mudança prevista para a situação transitória do andar, nos levaram a solicitar um adiamento do prazo de saída das actuais instalações, junto do General CEME.  
Solicitação que foi deferida pelo referido General CEME, o que nos permite a continuação nas actuais instalações até 28 de Fevereiro de 1986.
4. Perante a actual situação, decidiu-se encetar contactos junto do novo Governo, nomeadamente junto do Primeiro Ministro, a quem se irá expor a situação e com quem se procurará encontrar uma solução definitiva. Paralelamente procurará consolidar-se, junto dos Presidentes da CML e do IPPC, a situação referente ao Palácio Palha.
5. Estuda-se entretanto a organização do lançamento de uma larga e profunda recolho de fundos, que nos permita adquirir instalações próprios condignos para a sede social da A25A, bem como poro as suas delegações.
6. No entanto, apenas com a participação activo e militante dos seus associados — sócios e apoiantes — a A25A conseguirá resolver o conteúdo este problema, que lhe foi criado e é autêntico teste, à sua capacidade de ofirmação e à sua vitalidade.

A Direcção e a «Organização Pró-Sede» não regatearão esforços nesta luta em prol da nossa A25A. Esperam e confiam que todos assumam o problema como SEU.

E, em conformidade, participem nessa mesmo luta.  
Abril consolidar-se-ó cada vez mais.



A Direcção e a «Organização Pró-Sede» não regatearão esforços nesta luta em prol da nossa A25A.

Esperam e confiam que todos assumam o problema como SEU.

## ÚLTIMA PAGINA

# DEZ ANOS DE A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL E O REGIME DEMOCRÁTICO INDEPENDÊNCIA

A existência de Órgãos de Soberania democraticamente eleitos, é uma das principais conquistas do 25 de Abril.

Numa iniciativa das Associações de Amizade com os novos Estados Africanos de expressão portuguesa, decorreu um torneio de futebol de salão que se enquadrou nas Comemorações em Portugal dos 10.<sup>os</sup> Aniversários das Independências de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau (12.<sup>o</sup>), Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

A Associação 25 de Abril que foi convidada para tomar parte neste certame, fez-se representar com uma equipa de sócios que para o efeito foram contactados e tendo a sua participação sido agradável. A classificação final foi a seguinte:

	Pts.
1.ª Associação de Caboverdeanos	31
2.ª A25A	28
3.ª Embaixada da R. D. S. Tomé	26
4.ª SITAVA	26
5.ª Timor Leste	25
6.ª Ass. Amiz. P/Moçambique	21
7.ª Embaixada R. C. Verde	21
8.ª Embaixada da R. P. Angola	20
9.ª Ass. Amiz. P/Guiné Bissau	19
10.ª Ass. Amiz. P/R. P. Angola	14
11.ª União de Estudantes Angolanos	13
12.ª Ass. Amiz. P/R. C. Verde	10

Em 16 do corrente mês de Novembro, na nossa Sede, teve lugar um convívio em que estiveram presentes os participantes neste certame, não faltando a boa cozinha africana e culminando com a distribuição de prémios do referido acontecimento desportivo.

## REUNIÕES DA DIRECÇÃO

Informam-se os associados que a partir da 2.ª semana de Dezembro as reuniões semanais da Direcção passam a ter lugar às sextas-feiras em vez de terças como vinha acontecendo do antecedente.

## I CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA MILITAR

(Continuação da pág. 4)

A análise estatística a que se procedeu permite concluir que na sua maioria os oficiais do Exército envolvidos no Movimento provinham das armas combatentes, tinham prática de comando em combate, nomeadamente em «comissões militares», cerca de 80% eram maiores e capitães e a sua origem social era predominantemente rural do centro e norte do país, e, das nove categorias profissionais analisadas, a dos filhos de «agricultores não proprietários» era a mais representativa.

(Adaptado de Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.º 15/16/17, Maio 1985).

Muito logicamente, é com satisfação e orgulho que assistimos à eleição para Vice-Presidente da Assembleia da República, de um dos principais obreiros daquele acontecimento histórico, o nosso associado Major António Alves Marques Júnior.

Congratulamo-nos com o evento e daqui endereçamos os nossos votos de felicidades.

Votos esses extensivos aos apoiantes da A25A também eleitos deputados pela maioria dos partidos aí representados (PS-PRD-PCP-MDP/CDE-UEDS).

Está prestes o terminar o seu segundo mandato, como Presidente da República, o nosso associado General António dos Santos Ramalho Eanes.

As nossas felicitações, pela maneira como durante dez anos soube prestigiar o Estado Português. Igualmente, os nossos votos de felicidades.

Está já em curso o processo eleitoral para a sua substituição. Na corrida estão presentes dois apoiantes do nosso Associação: Engenheiro Maria de Lurdes Pintassilgo e Doutor Francisco Salgado Zenha.

É nosso sincero, veemente e legítimo desejo que a Associação 25 de Abril continue com um dos seus membros como Presidente da República.

## PLANO DE ACTIVIDADES

Embora sujeito a pequenas alterações, pormenorizações e ajustamentos que oportunamente serão divulgadas da forma que se julgar mais conveniente, estão previstas para o próximo trimestre as seguintes actividades da nossa Associação:

13/12/85 — A partir das 21H30, na nossa Sede Social, uma sessão cultural subordinada ao tema «Encontros com Fernando Pessoa».

31/12/85 para 1/1/86 — Noite de passagem do ano.

10/1/86 — Colóquio sobre «Associativismo militar», seguido de debate.

## EFEMÉRIDES

- 1/12/73 — Reunião de «capitães em Óbidos».
- 5/12/73 — Reunião de «capitães» na Caparica.
- 22/1/84 — 1.ª Assembleia Geral da A25A (Assembleia Constituinte).
- 31/1/84 — Tomada de posse dos 1.<sup>os</sup> Corpos Gerentes da A25A.

## AVISO

Informa-se que actualmente a Associação não tem a sua sede social normalmente aberta aos fins de semana, embora essa situação possa ser revista desde que haja significativas sugestões nesse sentido.

A ASSOCIAÇÃO ESTÁ NUM FORTE PARTICIPA NO SEU BOM SUCESSO. AJUDA A TORNÁ-LA FORTE.